



Na resistência

CARLO CAIADO

A partir de 1º de fevereiro último, o salário mínimo foi reajustado para R\$ 465. Com isso, cerca de 50 mil funcionários da prefeitura do Rio deveriam ser beneficiados com o pagamento da diferença entre o salário vigente e o atualizado.

No entanto, esse pagamento, já no salário do mês de março, como vinha ocorrendo há pelo menos 15 anos, que incluía profissionais dos níveis elementar, fundamental e médio, tais como merendeiras, serventes, auxiliares de serviços gerais e motoristas, foi suspenso por decisão do prefeito Eduardo Paes.

Esta medida com relação à parcela expressiva do funcionalismo da cidade, que vem se somar a outras, já anunciadas pelo secretário-chefe da Casa Civil da prefeitura do Rio de Janeiro, deputado Pedro Paulo Carvalho (PSDB/RJ), e não desmentidas pelo prefeito Eduardo Paes, causou espanto, preocupação e indignação.

É consensual o reconhecimento quanto à correção e justiça do tratamento dispensado aos funcionários públicos municipais durante os mandatos do prefeito Cesar Maia. E essas conquistas não podem ser perdidas.

Ao contrário, por exemplo, da administração estadual, o funcionalismo carioca obteve, entre

outras importantes conquistas, os seus salários reajustados anualmente, a incorporação de benefícios, a concessão de carta-crédito para a compra de casa própria e o não desconto previdenciário nos proventos de aposentados e pensionistas.

Agora, pelas declarações do secretário-chefe da Casa Civil, desmentindo promessas de manutenção de conquistas feitas pelo então candidato Eduardo Paes durante a campanha, os cariocas ficaram sabendo que os benefícios dos funcionários municipais estão em risco.

Certamente, a tentativa de retirada de conquistas e direitos do funcionalismo da cidade do Rio enfrentará resistência na Câmara Municipal, onde vereadores — entre os quais me incluo — comprometidos com a manutenção da excelência do trabalho realizado por esse funcionalismo tudo farão para barrar essa tentativa absurda de redução de direitos.

Começa muito mal um governo que decide tratar o funcionalismo público como o inimigo nº 1, em vez de considerá-lo o instrumento mais importante para a prestação de um serviço de qualidade à população. A administração municipal da cidade do Rio precisa saber que o funcionalismo é investimento, não custo.

Aparentemente,
o prefeito decidiu
tratar o
funcionalismo
como inimigo

CARLO CAIADO é vereador (DEM) no Rio.